



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

sexta-feira, 14 de março de 2014

Edição nº 43. Ticket 43



Câmara Municipal de Pariqueira-Açu

Estado de São Paulo

Av. Dr. Fernando Costa, 497 – Centro – Telefax: (13) 3856-1283 – CEP 11.930-000

DECRETO LEGISLATIVO Nº 0001/2014

“REGULAMENTA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO”.

SEBASTIÃO ASSUNÇÃO, Presidente da Câmara Municipal de Pariqueira-Açu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a necessidade de se regulamentar a avaliação de desempenho em estágio probatório para os servidores públicos da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 41 e seu parágrafo 4º da Constituição Federal, tendo como condição para a estabilidade do servidor a sua avaliação de desempenho;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29 a 31 da Lei Complementar Municipal nº 001/1997, onde se estabelece, entre outras coisas, a obrigatoriedade para a Avaliação de Desempenho;

DECRETA:

Artigo 1º - Para proceder a avaliação de desempenho, a Comissão designada deverá levar em consideração os requisitos abaixo descritos, os quais estão previstos no artigo 29 da Lei Complementar Municipal nº 001/1997;

I - assiduidade;

II – disciplina;

III – capacidade funcional;

IV – eficiência;

V – idoneidade moral.

Artigo 2º - Os servidores em estágio probatório serão avaliados em cada etapa do estágio, conforme os conceitos abaixo descritos, e utilizando os critérios de orientação descritos no Anexo I deste Decreto:

I - Excelente = 05

II - Bom = 04

III - Médio = 03

IV - Insuficiente = 02

Artigo 3º - Após cada fase de avaliação, os servidores tomarão ciência dos resultados, cabendo aos avaliados o direito de recorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que tiverem ciência da avaliação;

Artigo 4º - Ao final das 04 (quatro) fases da avaliação de desempenho, os avaliados terão as notas de cada fase somadas e divididas por 04 (quatro), considerando-se reprovado no estágio probatório aquele servidor que obtiver nota final igual ou inferior a 02 (dois);

Artigo 5º - Logo após a quarta e última fase da avaliação de desempenho, incluindo-se o prazo recursal, que será efetuada ao completar trinta e dois (32) meses de exercício no cargo, será feita a avaliação final, de forma que, em caso de exoneração, esta possa ser feita antes de findar o período do estágio probatório, nos termos do parágrafo 5º, da Lei Complementar Municipal nº 001/1997;

Artigo 6º - As Avaliações de Desempenho que se encontrem em atraso, nos termos da legislação municipal, deverão ser providenciadas à partir da vigência deste Decreto, sem prejuízo dos prazos para eventuais defesas dos avaliados;

Artigo 7º - O presente Decreto entrará em vigência na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRASE

Plenário “Vereador Ivo Zanella”, 21 de fevereiro de 2014.

SEBASTIÃO ASSUNÇÃO

Presidente

REGISTRADO E PUBLICADO NA SEÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU - SP. - NA PRESENTE DATA.-

ANEXO I – DECRETO LEGISLATIVO Nº 0001/2014 ORIENTAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

1) ASSIDUIDADE

- Responsabilidade quanto ao horário.

- Faltas e atrasos raros;

- Faltas e atrasos frequentes;

- Nunca falta ou atrasa.

2) DISCIPLINA

- Respeito às determinações superiores;

- Bom relacionamento com os colegas de trabalho;

- Bom atendimento ao público.

III – CAPACIDADE FUNCIONAL;

- Habilidade em conduzir-se sozinho, achando soluções para as dificuldades encontradas no seu trabalho;

- Tem dificuldade em enfrentar situações novas solucionando com ajuda de terceiros.

- Esforça-se em solucionar problemas surgidos em novas situações;

- Tem facilidade diante de novas situações, dando sempre soluções adequadas e rápidas;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Pariqueira Açu

sexta-feira, 14 de março de 2014

Edição nº 43. Ticket 43

- Não tem capacidade para solucionar problemas surgidos em situações novas.

IV – EFICIÊNCIA;

- Avalie o volume de trabalho executado, considerando as exigências da função.
- Esforça-se para apresentar o volume de trabalho exigido, embora não cumpra com os prazos fixados;
- Apresenta volume de trabalho exigido, entregando as tarefas dentro dos prazos fixados;
- Ultrapassa o volume de trabalho exigido, entregando as tarefas antes dos prazos fixados;
- Não atinge o volume de trabalho exigido, entregando as tarefas fora dos prazos fixados;
- Avaliar o grau de perfeição que o trabalho apresenta e o seu resultado final;

V – IDONEIDADE MORAL.

- Avaliar as qualidades do servidor perante a consideração pública, tais como atributos de honra, respeitabilidade, seriedade, dignidade e costumes;
- Reputação que goza perante a sociedade;



Câmara Municipal de Pariqueira-Açu

Estado de São Paulo

Av. Dr. Fernando Costa, 497 – Centro – Telefax: (13) 3856-1283 – CEP 11.930-000

RESOLUÇÃO Nº0004/2014

"AUTORIZA A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU A PROCEDER O DESCONTO PREVIDENCIÁRIO DOS VEREADORES NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SEBASTIÃO ASSUNÇÃO, Presidente da Câmara Municipal de Pariqueira-Açu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e o Presidente da Câmara promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1º - Fica autorizada a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pariqueira-Açu a proceder o desconto previdenciário para o Regime Geral de Previdência Social incidente sobre o subsídio dos vereadores, bem como o recolhimento da contribuição previdenciária do Legislativo incidente sobre os subsídios.

Artigo 2º - Ficam os vereadores desta Casa Legislativa, cientes de que à partir da publicação desta Resolução, deverão comprovar junto ao Setor de Contabilidade da Câmara, no prazo de 30 (trinta) dias, eventual contribuição previdenciária que façam na esfera pública ou privada, de forma que não ultrapasse o limite do teto máximo estabelecido na legislação federal.

Parágrafo 1º - Em caso de vereador que eventualmente já contribua com a previdência, enquanto este não comprovar o valor da contribuição, a Câmara efetuará o desconto sobre o teto máximo previsto na legislação.

Parágrafo 2º – Para as legislaturas futuras, a Secretaria da Câmara deverá informar os vereadores no ato da posse sobre a necessidade da comprovação do recolhimento previdenciário na esfera pública ou privada.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados à partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário “Ver. Ivo Zanella”, 10 de março de 2014.

Ver. Sebastião Assunção

Presidente